

O "Local" na Atribuição de Sentido ao Desenvolvimento

José Marcos Froehlich*

RESUMO

Este artigo discute a preocupação atual com a atribuição de sentido à idéia de desenvolvimento, retrospectivando o itinerário teórico que levou à crise a concepção dominante associada ao urbano-industrialismo. A partir de um contexto e panorama supostamente pós-moderno, introduz um inventário de idéias que afetam a noção de desenvolvimento na atualidade. Através dessas idéias, demonstra as condições de possibilidade da formulação de um discurso que postula um papel protagonista para a dinâmica local ou localista nas estratégias de desenvolvimento contemporâneas.

ABSTRACT

This paper discusses the present preoccupation about meaning attribution to the "development" idea. First, it reconstructs the theoretical itinerary that was responsible for the crisis of the prevailing conception associated to urban-industrialism. Then, leaving from a supposed post-modern scenery context, this paper presents an inventory of ideas that affects the development notion nowadays. So, through these ideas, the paper demonstrates the possible conditions to formulate a speech that defends a main role to "local" or "localist" dynamics in the contemporaneous strategies of development.

INTRODUÇÃO

Parece estar na ordem do dia nas sociedades contemporâneas um vívido interesse por discutir a **atribuição de sentido** ao termo desenvolvimento enquanto produto social e histórico. Esta discussão transversa tangencia também a América Latina e, nela, o Brasil. Todavia, se a preocupação com o desenvolvimento não é um fato tão novo assim, é bem verdade que há, na atualidade, uma forte ressurgência de polêmicas ao seu respeito. Neste caudal, desafiam-se e criticam-se sentidos até então atribuídos e, em grande parte, busca-se uma nova atribuição de sentido a esse vocábulo.¹

A crítica à concepção dominante de desenvolvimento, aquela baseada na industrialização, urbanização e burocratização, ressalta os seus efeitos indesejados: deterioração ambiental, concentração urbana, desertificação rural e fracasso nas tentativas de reduzir as desigualdades sócio-econômicas. Sob tal crítica, necessário e urgente se faz ultrapassar a idéia etnocêntrica, conservadora, economicista e historicista de desenvolvimento, que tem tido lugar até hoje nas reflexões e ações relativas ao assunto (SOUZA, 1996 e 1997; GUERRERO, 1996).

* Agrônomo, mestre em Sociologia, professor do Departamento e do Curso de Mestrado em Extensão Rural-UFSM; doutorando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade no CPDA-UFRJ. E-mail: jmfroe@ccr.ufsm.br.

¹ Cabe observar que a polêmica sobre o significado de desenvolvimento é quase que exclusiva das ciências sociais e econômicas, não se apresentando de modo tão controverso nas ciências naturais, de onde, aliás, sua noção foi importada. Na ecologia e na agronomia, por exemplo, designa o processo pelo qual um organismo cresce e se complexifica em sua integralidade até atingir a plenitude de suas potencialidades (climax), em condições genéticas e ambientais determinadas.

Todavia, no âmbito da variada produção literária que se tem elaborado na tentativa de superar a trajetória desenvolvimentista transcorrida, há um processo de prolífica adjetivação do desenvolvimento: integrado, endógeno, sustentável, durável, regional, local, rural, etc. Neste processo, o "espaço" parece vir ganhando maior magnitude nas preocupações sobre o desenvolvimento, até então hegemônico pela dimensão do "tempo", verdadeira obsessão da modernidade, que se traduzia na ânsia pelo futuro e pela fé no progresso. Porém, se o processo de modernização tendeu a pôr em primeiro plano a projeção para o futuro – a categoria tempo –, hoje volta-se a pensar mais no espaço, concretamente como território (o local, o regional, etc.), desde um dado grupo social que, partindo de suas próprias características, trata de encarar a contemporaneidade. Estar-se-ia a produzir uma interação dialética entre espaço e tempo (LÓPEZ-CASERO, 1996).

No próprio desenrolar da globalização estaria a engendrar-se também, fruto de uma nova estrutura de oportunidades, um movimento de "localismo" que, na óptica de diversos autores, deveria merecer mais atenção e ser, inclusive, apoiado (BECKER, 1997; YÁÑEZ, 1998). A esta dinâmica localista e portanto particularista, que afeta aquela de caráter mais universalista², e que está envolvida no espectro de novas oportunidades do próprio processo de globalização, redefinindo governos e sociedades municipais, tem-se comumente denominado de novo localismo (YÁÑEZ, 1998).

Com a crise do chamado regime de acumulação fordista, caracterizado por um processo de produção em massa em grandes unidades, concentradas espacialmente, e fomentado e apoiado por um sistema político keynesiano, que se materializa na existência de um Estado centralizado, intervencionista, planejador e outorgador de bem-estar, passa-se hoje a crer na aparição do regime de acumulação flexível e, nesta transição, supõe-se abrir uma brecha para a possibilidade do "desenvolvimento local". Segundo GUERRERO (1996), com esta crise, busca-se passar do paradigma funcionalista para o paradigma territorial, em que a localidade passa a converter-se em suporte de uma sociedade composta por atores que se relacionam, que têm capacidade de atuação diante dos problemas a resolver, que contam com recursos e que podem e devem participar em seu próprio desenvolvimento. A eles se reconhece uma certa margem de manobra. Assim:

Não é mais possível se considerar nem residual nem secundário o conjunto de variáveis endógenas sociais do sistema local porque o desenvolvimento é, em grande medida, o fruto de uma complexa construção social da economia, saída de sociedades locais com estruturas e histórias determinadas. Por isso, já aceita-se hoje em dia um certo consenso que o desenvolvimento local é possível e que se trata de um processo dinâmico e global de colocação em marcha e sinergia dos atores locais para valorizar os recursos humanos e materiais de um território dado e em relação negociada com os centros de decisão do conjunto econômico social e político em que se inserem. (GUERRERO, 1996, p. 410)

O localismo, assim conformado, teria plenas condições de impulsionar o desenvolvimento, logrando alcançar, via descentralização, maior democratização social, participação popular, justiça social, vitalidade econômica e, por fim, redundar em desenvolvimento regional (YÁÑEZ, 1998). Porém, tal atribuição de sentido ao desenvolvimento, tão localista e "descentralista", esbarra em sérias desconfiâncias teóricas, quando não práticas e articulativas.

A DESCONFIANÇA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Um autor exemplar e representativo para ilustrar a desconfiança, para não dizer a aversão, sobre as possibilidades e a efetividade do desenvolvimento local é MATTOS (1989).³ Ao casar localismo com descentralização, este autor contesta o argumento de que a descentralização é um instrumento para

² A tendência universalista seria aquela que, fundamentada nos cânones iluministas da ciência moderna, acredita em valores gerais universais e na expansão unívoca do processo civilizatório aos moldes ocidentais.

³ Certamente há outros autores críticos ao discurso "localista" ou "descentralizador" para o desenvolvimento, mas será usado somente MATTOS (1989) neste tópico por entender-se que suas posições são emblemáticas e sintéticas dos diversos argumentos que são brandidos contra o "desenvolvimento local".

melhorar a democracia social, a participação popular, a justiça social e o desenvolvimento regional. Aponta que um discurso pautado por esta retórica só é do interesse dos que defendem a reforma do Estado, visando aprimorar os processos de acumulação e crescimento do capital. O raciocínio guia-se pela lógica de que os processos emergentes têm tendido a acentuar a discrepância estrutural existente entre os os controlados pelo valor (capitais individuais que obedecem exclusivamente ao imperativo do lucro) e processos controlados pelo poder (atividades estatais orientadas a manter a ordem social capitalista acima dos interesses capitalistas individuais). Assim, a configuração atual do Estado seria vista como um obstáculo para a superação da crise capitalista. Se é verdade, para MATTOS (1989), que o fortalecimento do Estado nacional desempenhou um papel funcional na constituição e expansão das sociedades nacionais capitalistas, as mudanças de percepção que se têm produzido com o avanço dos processos de transnacionalização do capital têm levado a que se considere o Estado como um fator perturbador dos respectivos processos de acumulação e crescimento. Assim, o Estado central tem sido considerado por certas correntes de ascendente gravitação política como um sério limitante à dinâmica dos processos de valorização e reprodução do capital, tanto em termos nacionais como internacionais. Para esta dinâmica, o Estado nacional deveria, então, dismantelar-se em favor do mundial e do local. MATTOS considera, portanto, que todos os postulados de descentralização do Estado nacional acabam, em última instância, contribuindo para o jogo de interesses orquestrado pelo grande capital no seu afã acumulativo.

Para MATTOS, quando se afirma que a descentralização é capaz de alcançar mais democracia, participação, justiça social e desenvolvimento regional, deveria-se demonstrar como tal seria possível no contexto da dinâmica socio-econômica prevelecente na atualidade. Dever-se-ia indicar como poderiam tais objetivos ser alcançados sem modificar a estrutura e a dinâmica econômica vigente ou, inversamente, como uma nova organização “meramente territorial de tipo político-administrativa” (p. 345) poderia modificar certas tendências que seriam congênitas ao desenvolvimento capitalista: a desigualdade distributiva e a acumulação produtiva.

Dentro dessa lógica econômica do desenvolvimento, haveria, aponta MATTOS, a impossibilidade de os “pequenos produtores”, do localismo da pequena escala, induzirem o desenvolvimento nos marcos dos modelos vigentes de acumulação. Segundo MATTOS, por mais que se mude a organização territorial da administração do poder em um determinado âmbito nacional – que, é claro, não é o mesmo que mudar as bases econômicas, políticas e ideológicas do poder – não se pode pretender alcançar modificações essenciais na orientação e nas modalidades dos processos de geração, apropriação e utilização do excedente econômico.

Desse modo, o desenvolvimento local é considerado ou acusado de sinônimo de utopia iluminista que concebe a sociedade como “harmônica” e que menosprezaria a idéia de “luta de classes” como motor da história. Ao parecer acreditar numa unidirecionalidade da história e do desenvolvimento, MATTOS descarta que, após as sociedades modernas terem “superado” o localismo, esteja-se hoje propondo a sua consideração efetiva. Argumenta ele que, na globalização, o capital se desprende em termos setoriais e territoriais, superando a etapa em que uma característica destacada dos proprietários do capital era a sua identificação com um determinado setor (comercial, agrícola, industrial), ou com uma determinada localidade (urbana ou rural). Nesta nova etapa, um número crescente de capitalistas buscam melhorar as condições para a valorização de seus capitais através de crescente transetorialização e transregionalização de suas atividades, operando geralmente mediante mecanismos financeiros cada dia mais impessoais, complexos e diversificados. Assim, o capital perderia o sentido de pertencimento local e os atores sociais envolvidos deixariam de se identificar exclusivamente com os interesses desta ou daquela parte do território. Por tais argumentos, presentes na leitura da realidade e na posição teórica representativa de MATTOS, é que este (e outros) consideram não ter sentido atribuir ao local papel relevante no desenvolvimento.

O SENTIDO DA ATRIBUIÇÃO LOCALISTA AO DESENVOLVIMENTO: CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE

Para compreender por que se está, de modo crescente, postulando tal atribuição de sentido ao desenvolvimento na atualidade, é necessário resgatar, mesmo que brevemente, as considerações histórico-críticas sobre a idéia de desenvolvimento, elaboradas por alguns autores preocupados em explicar o viés espacial/local assumido atualmente no referido processo.

Como aponta SOUZA (1996), o "desenvolvimento" é um objeto inscrito, desde as origens, em uma moldura filosófica determinada: e o solo cultural em que esta idéia tem raízes é a modernidade, que por sua vez é criação desta entidade histórico-geográfica denominada Ocidente. Indicia-se, nesta análise, a ligação congênita existente entre modernidade-dominação da natureza-(Ciência)-capitalismo-desenvolvimento, explicitando-se a origem etnocêntrica⁴ de tais noções. Ademais, convém lembrar, como faz ORTIZ (1996), que a identificação do capitalismo com a modernidade se fez via nacionalidade, pois o surgimento da Revolução Industrial se articula ao do Estado-Nação e propugnou a superação do "localismo". No feudalismo (feudal = local) estava instalada uma dominação localista que o projeto da modernidade prometeu superar, contrapondo uma aposta no cosmopolitismo (transcendência do território aldeão e da etnia tribal) e na impessoalidade (relação com a ciência). Na luta pela subordinação dos localismos (feudos, aldeias), a nação foi o espaço de afirmação da modernidade. Tal embate se deu pautado pela construção de uma lógica opositiva e valorativa: de um lado, identificados e valorados positivamente, o universal, o nacional, o moderno, o urbano (a cidade); de outro, negativamente, o particular, o local, o tradicional, o rural (o campo).⁵ E a constituição da nação-nacionalidade (identidade nacional) como "novidade histórica" se fez em detrimento das identidades locais:

No processo de construção nacional, as identidades de cada país necessitam superar as identidades culturais dispersas em seu interior. Eu diria que nos diferentes lugares do planeta, de forma diferenciada, é claro, este processo se desenvolve ao longo dos séculos XIX e XX. Isso significa que a identidade nacional se faz em detrimento das identidades locais. Ela nutre-se da sua neutralização ou da sua destruição. A constituição da nação é sempre conflitiva. Ao se afirmar a unidade do todo, nega-se a particularidade das formações específicas. (ORTIZ, 1996, p. 48)

A integração nacional, então, pressupôs e impôs um equilíbrio hierárquico das forças identitárias, submetendo as especificidades e atribuindo ao Estado-Nação o monopólio em conferir o sentido das ações coletivas. Todavia, observa ORTIZ (1996), é justamente a globalização em curso que vem romper tal estado de forças, colocando em causa o monopólio do Estado nacional em definir o aludido sentido da vida social, pois tal processo "liberaria" as identidades locais do peso da cultura nacional e possibilitaria a estruturação de identidades transnacionais.⁶

É por aceitar tal lógica de argumentação que FEATHERSTONE (1996) também denuncia que um dos principais problemas na formulação da teoria da globalização é adotar uma lógica totalizante, supondo que se estaria tornando o mundo mais unificado e homogêneo. Nessa perspectiva, a intensificação da compressão espaço-temporal pelos processos universalizantes das novas tecnologias de comunicação e o poder dos fluxos de informação, finanças e mercadorias implicariam, como o fizeram, o recuo inevitável de culturas locais. Porém, pondera que o processo de globalização pode e deve ser visto também como a abertura da percepção de que o mundo agora é "um só lugar" com o inevitável aumento de contatos: tem-se necessariamente, como em nenhuma outra época histórica, maior diálogo entre nações, blocos e

⁴Europeicêntrica, para sermos mais exatos.

⁵Daí se coloca uma das questões contemporâneas para a noção de desenvolvimento, pois a lógica auto-atribuída à chamada época pós-moderna não seria mais opositiva, mas compositiva, tendo no ecletismo e no pluralismo elementos por excelência (SANTOS, 1988). A pós-modernidade, assim, ao invés de opor, compõe o rural com o urbano, o tradicional com o moderno, desvelando novas potencialidades para o particular/local ao relativizar o universal.

⁶Contudo, isto não significaria que a atuação do Estado nacional seja desnecessária ou negligenciável: ela é concreta, possuindo um papel importante no contexto da nova ordem mundial, mas já não tão fundamental como o fora antes.

civilizações. O processo globalizante abre um espaço dialógico em que ocorrem consensos, mas também confrontos e conflitos, pois os agentes estão cada vez mais interligados em crescentes teias de interdependência e correlações de poder, o que implica maior grau de complexidade. Segundo FEATHERSTONE (1996), é justamente a dificuldade em lidar com níveis ascendentes de complexidade cultural, geralmente mais presentes nas concentrações urbanas, e com as dúvidas e ansiedades que esta gera, uma das razões de o “localismo” – ou o desejo de voltar ou permanecer numa localidade delimitada – tornar-se um tema importante na atualidade.

Portanto, não se trata de considerar o local e o global como dicotomia separada no espaço ou no tempo e sim de entender que os processos de globalização e localização/regionalização são indissociáveis na fase atual. Com isso, relativizam-se as leituras lineares do processo modernizante como industrialização, urbanização e burocratização, as quais transformariam comunidades locais, conduzindo, no limite, ao fim do local. O que se pode perceber é que um dos efeitos da globalização, ao invés do fim do local, é levar à confrontação uma pluralidade de interpretações quanto ao significado do mundo, formulado a partir da perspectiva de tradições nacionais/regionais e civilizatórias diversas. Eis-nos novamente confrontados com os aludidos pluralismo e ecletismo pós-modernos.

Porém, como já se percebe, não é possível hoje problematizar ou refletir sobre temas contemporâneos furtando-se à polêmica pós-moderna. Na questão do desenvolvimento, aqui abordada, a pós-modernidade pode ser tomada como a consciência crescente dos limites do projeto de modernidade⁷: sugere o problema de lidar com a complexidade cultural, de lidar com aquilo que, do ponto de vista de categorias bem organizadas, parece ser desordem, mas que não pode ser adequadamente incorporado na classificação existente nem ignorado. Aparecem, assim, como marcantes na configuração pós-moderna a perda de confiança nas “grandes narrativas” de progresso e iluminismo, a ênfase na contingência, na incoerência e na ambivalência. Há também a ênfase na pluralidade em oposição a uma história unificada e unidirecional, além de uma consciência crescente e uma legitimação da multicodificação, da hibridização e do sincretismo cultural, acarretando, com isso, o reconhecimento da particularidade legítima do saber local (FEATHERSTONE, 1996; SANTOS, 1988; KUMAR, 1997).

Por esta visada, o que se torna relevante na situação global contemporânea é a capacidade de deslocar a moldura, de mover-se entre vários focos, de lidar com um leque de material simbólico em que várias identidades podem ser formadas e reformadas em situações diferentes. Tem havido uma extensão de repertórios culturais e aumento dos recursos de vários grupos para criar novos modos simbólicos de afiliação e pertencimento, um esforço para retrabalhar e reformular o significado de signos existentes, e em todo este processo o local parece exercer um papel fundamental. É neste sentido que, afirma FEATHERSTONE (1996), pode-se argumentar que a globalização produz o pós-modernismo, pois:

(...) o resultado do aumento da intensidade de contato e da comunicação entre nações e outros agentes é produzir um choque de culturas, o que pode levar a tentativas cada vez mais intensas de desenhar as barreiras entre si e os outros. Nesta perspectiva, pode-se considerar que as mudanças que estão ocorrendo na fase atual da globalização intensificada estariam provocando reações que procuram redescobrir a particularidade, o localismo e a diferença que geram uma noção dos limites dos projetos culturalmente unificadores, ordenadores e integradores associados à modernidade ocidental. (p. 24)

A visão pós-moderna que postula não mais recorrer a um elenco de indicadores pretensamente universais, valorizando a diferença, conforma em boa medida a condição de possibilidade para a ruptura com a visão usual do desenvolvimento como podendo basear-se em uma receita que seria idêntica para todas as sociedades, independentemente de sua cultura, de seu ambiente natural, etc. Não se aceita, neste caudal, nenhum tipo mais de reducionismo econômico, quer marxista ou liberal, que historicamente tem pontuado a trajetória das reflexões sobre o desenvolvimento (SOUZA, 1997).⁸

⁷Outros, como JAMESON (1992), consideram a pós-modernidade meramente uma lógica cultural peculiar ao capitalismo tardio hoje vivenciado.

⁸Segundo SOUZA (1997), análises marxistas como a de MATTOS (1989) também teriam um reducionismo econômico-material: fariam a crítica das relações de produção capitalistas, mas não das forças produtivas herdadas, pois suporiam um aproveitamento da matriz

ATRIBUINDO SENTIDO AO "DESENVOLVIMENTO LOCAL": CALIBRANDO A ARGUMENTAÇÃO

Se tomamos, como o faz SOUZA (1996, p. 9), à luz das críticas até agora expostas e das condições de sua possibilidade, a noção de desenvolvimento somente como um princípio norteador e a entendemos simplesmente como "um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas) das condições gerais de viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva", a autonomia aparece aí como o princípio mais fundamental sobre o qual se poderia assentar a referida noção.⁹ Pois ela, a autonomia, propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as especificidades de sua cultura, o conteúdo concreto e continuamente mutável do desenvolvimento, podendo assim se conformarem as prioridades, os meios e as estratégias. A autonomia de uma coletividade para adotar uma concepção particular de desenvolvimento ou um modo de vida específico exige sua consideração não isoladamente, mas no contexto da relação com outras coletividades, em qualquer escala (da internacional à local), tornando-se necessário respeitar a alteridade do Outro e a incomensurabilidade de universos culturais:

"a autonomia é um princípio que exige a consideração do plano interno (a igualdade de chances de participação na tomada de decisões relevantes para a vida social), mas igualmente que se leve em conta o plano externo (os interesses legítimos e a autonomia do Outro, não importando o quanto ele seja diferente de nós mesmos), conforme um princípio de não-intervenção." SOUZA (1997, p. 21)

Disposta deste modo, a autonomia postulada em localismos e descentralizações não é, como desqualificou MATTOS (1989), uma utopia idealista, a exigir como premissa uma sociedade uniforme e sem conflitos, mas, simplesmente, um horizonte de pensamento e ação. E a autonomia de uma coletividade traz subentendida uma territorialidade¹⁰ autônoma, uma gestão autônoma do espaço, esse produto social que é, a um só tempo, suporte para a vida em sociedade e condicionador dos projetos humanos; um referencial simbólico e afetivo e, também, um referencial para a organização política, ao mesmo tempo que é uma arena de lutas e uma fonte de recursos (como a própria localização geográfica).

Baseando-se em tais considerações é que se passa, hoje, a não mais se aceitar o déficit de valorização do espaço no âmbito das reflexões sobre o desenvolvimento, como ocorreu nas teorias da modernização (independentemente dos matizes), onde ele era apenas encarado como epifenômeno. Trata-se de considerar o desenvolvimento como sócio-espacial, pois, como alerta SOUZA (1996), se é verdade que é tolo acreditar em transformações das relações sociais advindas de intervenções no espaço, também o é negligenciar o entendimento de que a mudança social demanda mudança na organização espacial que ampara as velhas relações.¹¹ Reconhece-se o efeito do espaço não apenas como produto das relações sociais, mas também como condicionador dessas relações, o que envolve os condicionamentos não

tecnológica (e espacial) do capitalismo. Essa matriz, em si mesma, seria uma conquista da humanidade, o grande problema seria o de se encontrar gerida por mãos erradas, infortúnio a ser eliminado pelo proletariado revolucionário. O marxismo seria, portanto, uma variante da doutrina modernizante, uma doutrina modernizante alternativa. Já, diversas vertentes "ecológicas" do desenvolvimento, como o "ecodesenvolvimento" e o "desenvolvimento sustentável", muito comumente resvalariam para um reducionismo de cunho naturalista. Mais discussões importantes sobre estas questões e outras relacionadas, sobre as raízes da moderna doutrina do desenvolvimento, podem ser encontradas em COWEN e SHENTS (1996).

⁹SOUZA (1997, p. 19) também entende esta noção de desenvolvimento como "um movimento (sem fim - ou seja, sem 'estágio final' ou mesmo direção concreta predeterminados ou previsíveis e que não poderá jamais ser declarado como 'acabado' - e sujeito a retrocessos) em cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros".

¹⁰Território pode ser definido como "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder ou, dito de maneira mais precisa, um 'campo de força' concernente a relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato (espaço material) referencial." (SOUZA, 1997, p. 24).

¹¹Este alerta pode ser adequadamente dirigido às posições de MATTOS (1989), antes visitadas.

somente da objetividade material do espaço herdado, mas também das imagens e representações espaciais, da sua dimensão intersubjetiva portanto.¹²

Além do mais, a queda de barreiras espaciais protagonizada no processo de globalização, via aparatos tecnológicos e intensificação de intercâmbios comerciais, não redundam em decréscimo da significância do espaço para o capitalismo contemporâneo, como afirmam vários teóricos (MATTOS, por exemplo), pois certas diferenças na qualidade dos lugares (da infra-estrutura ao "clima social") passam a ser mais valorizados entre os potenciais investidores, ocasionando forte competição entre aqueles que disputam investimentos e buscam atraí-los para os seus respectivos espaços. A questão está em se aproveitarem as novas estruturas de oportunidades promovidas pelo processo de globalização, levando-se em conta que o âmbito local apresenta especificidades interessantes em relação a outras escalas, o que coloca como crucial a capacidade de ação autônoma por parte dos atores locais, que devem estabelecer relações de competência e competição para atrair setores "produtivos" – não necessariamente industriais ou de ethos produtivista (YAÑEZ, 1998).

Agregando-se a essas perspectivas as conseqüências da mencionada crise do regime de produção fordista e a emergência do regime de produção flexível, verifica-se já em muitos lugares o curso de uma substituição do modelo de concentração espacial por outros modelos, como o da industrialização difusa, em que os territórios antes "periféricos" deixam de ter um papel passivo, limitado à recepção de simples efeitos derivados dos clássicos centros de produção; agora se lhes atribui uma função mais ativa, que incorpora a possibilidade de iniciativas próprias – como as experiências realizadas na chamada Terceira Itália (LÓPEZ-CASERO, 1996; SARACENO, 1994).

O caso da "Terza Itália" demonstra também na realidade o papel importante de outras variáveis, além da escala econômica, no processo de desenvolvimento, como a sociabilidade e a cultura locais. Neste âmbito, os padrões institucionais, normas e valores sociais próprios de cada localidade vêm atuando como filtros dos processos, relevando o conhecimento e as capacidades dos habitantes locais, seu capital social e cultural. Em tal dimensão, a sociabilidade local que implica alto grau de conhecimento mútuo e inter-relações e, portanto, uma forte identificação local, constrói e faz passar a ação dos impulsos endógenos e exógenos favoráveis ao desenvolvimento pelo filtro de sua constelação de forças e sistema cultural. Constatando que junto ao aspecto econômico do desenvolvimento operam entrelaçados os fatores culturais e estruturais, LÓPEZ-CASERO (1996, p. 442) assim se refere a esse processo:

Há, portanto, uma importância crucial da "lógica comunitária" articulada através da identidade local (resultante de uma densa rede de relações econômicas intralocais, forte grau de conhecimento mútuo, sociabilidade e abundância de tradições de caráter lúdico e religioso), pois é bastante significativo o modo como um mesmo sistema de valores não econômicos reforça, através da identidade local, os distintos efeitos de uma cultura econômica diversa.¹³

¹²O imaginário social e a subjetividade de uma época passam a contar nas estratégias do desenvolvimento. Assim, reivindicações ecológicas e ambientais, busca de amplos espaços e paisagem naturais, etc., aliadas a uma sensação de deterioração da qualidade de vida em grandes metrópoles, podem ser elementos importantes na valorização e atratividade de localidades (vilas rurais, pequenas cidades, etc.), compondo o "desenvolvimento local". Ao especular sobre o espaço numa possível "teoria aberta" do desenvolvimento, aberta inclusive para a sua dimensão "localista", SOUZA (1997, p. 29) afirma que "a organização espacial precisa estar em consonância com as relações de produção e necessidades tecnológicas, com as relações de poder e com as representações sociais – enfim, com o imaginário instituído – de uma dada sociedade, e precisará ser modificado para adaptar-se a cada transformação social. O controle do espaço e dos processos desenrolados no interior de um determinado recorte espacial é, de sua parte, uma condição para o exercício do poder, quer seja ele heterônomo ou autônomo. Não há poder sem base territorial (sem territorialização), uma vez que esse é o fundamento do acesso às fontes do poder. (...) Na prática, transformações das relações sociais costumam demandar tanto reestruturações quanto refuncionalizações; e, quanto maior vier a ser a ruptura com as relações sociais instituídas, maior deverá ser a mudança, por meio de reestruturações e refuncionalizações, do espaço herdado, pressupondo desterritorializações e reterritorializações."

¹³GUERRERO (1996) alerta, no entanto, que a capacidade de regulação de uma sociedade local e os mecanismos que se empregam dependem do equilíbrio de forças socio-econômicas que operam no nível local, dos atores que as representam e de como interatuam entre eles. Depende do tipo de rede social e dos fluxos que a definem. Tal não inviabiliza, antes até reforça, o fato de que a sociabilidade (entendida como espaços de intensificação das relações sociais mediadas diretamente pela convivência entre pessoas além do espaço de trabalho e do familiar, incluindo-os) pode ser um interessante vetor para pensar/articular a rede social do desenvolvimento local. Rede social que pode ser ativada pela sociabilidade local, por exemplo, pelo resgate de festas ou costumes antigos, etc., ou criada pelos interesses dos mediadores/empreendedores em propor dado projeto de desenvolvimento.

Em grande parte, a força desta identidade local ou "lógica comunitária" assenta-se nas relações vicinais e familiares, circunscritas a um dado território, que continuam a ser mais importantes que as de caráter nacional ou mundial, mesmo num contexto caracterizado pela globalização e o aumento da ação a distância. Segundo YAÑEZ (1998), o motivo para tal é a maior possibilidade e efetivação da interação direta, base para a manutenção de relações constantes e intensas e a criação de uma identidade coletiva centrada no território.

Outro sintoma importante desta valoração espacial-localista na atribuição de sentido ao desenvolvimento na atualidade é a alteração do ranking valorativo nas relações entre campo e cidade: o mundo urbano está redescobrendo os valores do rural para além da agricultura. Constatam-se melhorias da infra-estrutura e serviços públicos nos povoados rurais, enquanto piora a qualidade de vida nas cidades (trânsito, violência, insegurança, poluição, etc.). Descortina-se, assim, via fenômeno das reivindicações ecológicas e maior flexibilidade dos mercados de trabalho/produção, uma busca ou reconhecimento da qualidade de vida superior do espaço rural, o que vem alterando o uso do seu território: aumento do número de residências secundárias, moradia de empregados urbanos e/ou aposentados, sítios de lazer, pesque-pagues, turismo rural, artesanato, fazendas-hotel, feiras e exposições agropecuárias, leilões agropecuários, complexos hípicas, festas religiosas e folclóricas, rodeios, lazer, comércio, prestação de serviços (públicos, pessoais, auxiliar de produção, etc.) (SILVA, 1997; SILVA et al., 1998). Em termos econômicos, por exemplo, segundo SARACENO (1994), pode-se citar como algumas das razões para o aumento da competitividade das áreas rurais o crescimento de nichos de mercado que favorecem um local bem definido, geralmente uma área rural; uma cooperação mais freqüente entre empresas em redes que operam em diferentes locais no sentido de integrar as vantagens especializadas de cada um dos membros; e as oportunidades oferecidas por novas tecnologias de comunicação para o trabalho em áreas descentralizadas. Mesmo no âmbito do sistema agroalimentar, pode-se constatar um movimento em que os mercados de alimentos estão sendo re-regulados em torno das demandas de segmentos de consumidores e de corporações varejistas, reproduzindo diferentes mosaicos de produção regional e de espaços de consumo, com novos espaços dinâmicos e dependentes que constituem forças importantes para a redefinição do desenvolvimento (MARSDEN, 1995 e 1997).

Com o processo de globalização, tem-se dado ampla aplicação ao "mote" ecologista do "pensar globalmente e agir localmente", inclusive importando-o em boa medida para as estratégias econômicas do desenvolvimento. Entende-se assim que exigências específicas dos diferentes mercados consumidores estão passando a definir diferentes distribuições espaciais de atividades. No caso dos alimentos, por exemplo, tal setor não pode mais ser encarado somente como operador de commodities, mas deve ser incorporada a forma pela qual a agricultura e os alimentos possam ser social e economicamente investidos nos espaços locais e regionais, como partes de sistemas e redes mais abrangentes e de complexos agroindustriais. Este é apenas um exemplo pelo qual se pode entender em que sentido a globalização tem trazido a diferenciação dos espaços locais por meio de demandas distintas e específicas.¹⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmado no início, há na atualidade uma forte ressurgência de polêmicas sobre o sentido que se pode ou deve atribuir à idéia de desenvolvimento. As críticas que se têm desfiado contra a noção dominante, baseada na industrialização, urbanização e burocratização, acusam-na de etnocentrismo, conservadorismo e reducionismo econômico, propondo reflexões que possibilitem ultrapassá-la, atingindo-se uma nova atribuição de sentido ao vocábulo desenvolvimento.

¹⁴Também são exemplos de estudos sobre experiências locais de desenvolvimento os relatos e análises sobre as chamadas agrocidades mediterrâneas do sul da Europa e as atividades do Programa Leader da Comunidade Européia. Para detalhes a respeito, ver LÓPEZ-CASERO (1991 e 1996) e YRUELA e GUERRERO (1994).

As possibilidades desta crítica à concepção dominante de desenvolvimento estão ligadas não somente aos seus efeitos indesejados e deletérios, mas também às conseqüências da intensificação do processo de globalização e às disjunções culturais presentes na lógica da chamada pós-modernidade. As condições para lidar com crescentes graus de complexidade cultural, a valorização da diferença em detrimento das universalizações e oposições, as conseqüências de amplo alcance e espectro da difusão tecnocientífica, etc. colocam a preocupação com a categoria "espaço" na ordem do dia das reflexões e ações sobre o desenvolvimento, relativizando a hegemonia até então consagrada da categoria "tempo".

Assim, o espaço passa hoje a desempenhar um papel crucial para se pensar o desenvolvimento, pois a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço. Espaço agora multifacetado, porque se considera que, só pensado enquanto multidimensional, pode ser autêntico o desenvolvimento. Desse modo, não é menos equivocado imaginar ser possível transformar as relações sociais sem modificar o espaço social que as condiciona, que pensar que a sociedade mudará se as formas e estruturas espaciais mudarem. É neste âmbito argumentativo que se pode considerar válido atribuir um sentido "localista" ao desenvolvimento, podendo-se falar em algo como "desenvolvimento local".

Tanto é assim que, diante da globalização, a comunidade local segue se mostrando como o principal referente socio-espacial na vida cotidiana. E, ilustrativamente, de um ponto de vista econômico, pode-se verificar o surgimento de estratégias de desenvolvimento mais "endógenas", centradas nas características e implicações dos atores locais. Estas tentam responder tanto à nova estrutura de oportunidades resultante do processo de globalização como às que se geram no próprio âmbito local, e que são dos mais variados matizes.

Não obstante, tal atribuição de um sentido localista ao desenvolvimento deve ser tratada e explorada como possibilidade, evitando-se de qualquer modo o risco de se introduzirem lógicas extremadas de particularismos nos sistemas sociais e políticos. Mister se faz, então, administrar o processo tensional entre o local e escalas mais amplas através de reformas institucionais que dêem vazão a aspirações democráticas legítimas e encontrem novos pontos de equilíbrio entre o local e o nacional/global. Tal é a tarefa que se desenha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BECKER, D. F.(Org.) (1997). **Desenvolvimento sustentável** : necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul : Edunisc, 1997.
- 2 COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. (1996). **Doctrines of development**. Londres : Routledge, 1996.
- 3 FEATHERSTONE, M. (1996). Localismo, globalismo e identidade cultural. **Sociedade e Estado**, Brasília : UnB : Relume Dumará, v. 11, n. 1, jan./jun. 1996.
- 4 GUERRERO, M. G. (1996). **La red social como elemento clave del desarrollo local**. Lisboa : Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1996.
- 5 JAMESON, F. (1992). **PostModernism; or, the cultural logic of late capitalism**. Durham : Duke University Press, 1992.
- 6 KUMAR, K. (1997). **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro : Zahar, 1997.
- 7 LÓPEZ-CASERO, F. (1991). **La agrociudad mediterranea**. Madrid : MAPA, 1991. (Serie estudios del MAPA).
- 8 LÓPEZ-CASERO, F. (1996). **Identidad, estructura social y desarrollo local**. Lisboa : Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1996.
- 9 MARSDEN, T. (1995). Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v. 11, n. 3, p. 285-296, 1995.
- 10 MARSDEN, T. (1997). **Creating space for food** : the distinctiveness of recent agrarian development. Unpublished.

- 11 MATOS, C. A. (1989). **La descentralización** : una nueva panacea para enfrentar el subdesarrollo regional?. Caracas : IICA, 1989.
- 12 ORTIZ, R. (1996). Anotações sobre a mundialização e a questão nacional. **Sociedade e Estado**, Brasília : UnB : Relume Dumará, v. 11, n. 1, jan./jun. 1996.
- 13 SANTOS, J. F. (1988). **O que é pós-moderno**. 5. Ed. São Paulo : Brasiliense, 1998.
- 14 SARACENO, E. (1994). Alternative readings of spatial differentiation : the rural versus the local economy approach in Italy. **European Review of Agricultural Economics**. Bruxelas, n. 21, p. 451-474, 1994.
- 15 SILVA, J. G. (1997). O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.; SILVA, J. G.; ORTEGA, A. C. (Org). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia : UFU, 1997. p. 75-100.
- 16 SILVA, J. G. et al. (1998). Turismo em áreas rurais : suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Org). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria : Ed. UFSM, 1998. p.11-48.
- 17 SOUZA, M. L. (1996). A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "Teoria Aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**, Rio de Janeiro : LAGET-UF RJ. n. 1, v.1, jul./dez. 1996.
- 18 SOUZA, M. L. (1997). Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, Rio de Janeiro : LAGET-UF RJ : Garamont, n.3, jul./dez. 1997.
- 19 YAÑEZ, C. N. (1998). Globalización y localismo : nuevas oportunidades para el desarrollo. **Revista de Fomento Social**. Córdoba : IESAA, n. 53, p. 31-46, 1998.
- 20 YRUELA, M. P.; GUERRERO, M. G. (1994). Desarrollo local y desarrollo rural : el contexto del programa "Leader". **Papeles de Economía Española**, Barcelona, n. 60-61, p. 219-233, 1994.